

A GEOGRAFIA E AS LÓGICAS REGIONAIS

PROF. DR. MESSIAS MODESTO DOS PASSOS¹

PROF. DR. DALTON ÁUREO MORO²

RESUMO: As regionalizações repousam sobre duas bases: a *homogeneidade* e a *interconexão* dos fatos observados. Essas duas bases produzem quatro lógicas diferentes: (a) a **lógica natural**: em torno das divisões em zonas e climas, uma outra divisão sobre uma base natural foi fornecida pelas bacias hidrográficas; (b) a **lógica da homogeneidade e da uniformidade humana**: em 1980, Julius Budel, geógrafo alemão, escrevia: "O papel fundamental da geografia consiste em classificar judiciosamente os espaços da terra fechados em zonas, apresentando caracteres similares." (Budel, 1980; p. 42.); (c) a **lógica da polarização**: o conceito de *região polarizada* é antigo. Ele acompanhou a reflexão sobre a cidade e sua zona de influência. Entre 1910 e 1917, Vidal de la Blache falou muitas vezes de regiões polarizadas, que ele chamava nodais; (d) a **lógica territorial**: a palavra *território* é banal, como seus derivados, territorial, territorialidade. A geografia, até uma época recente, não lhe deu entretanto um lugar comparável àquele de região. Na sua acepção mais freqüente, o território é a extensão de terra que depende de um império, de uma província, de uma cidade, de uma jurisdição. Estado e território estão pois estreitamente ligados. As funções essenciais do Estado são o controle do território, a manutenção de sua integridade, sua extensão eventual, a retificação de suas fronteiras, dentre outros. Sobre o território se exerce uma autoridade, uma competência; sua extensão define o campo de aplicação deste poder.

PALAVRAS-CHAVE: região, território, análise espacial, análise ecológica, análise regional

GEOGRAPHY AND THE REGIONAL LOGICS

ABSTRACT: The regionalizations lie on two bases: the homogeneity and the interconnection of the observed facts. These two bases produce four different topics: (a) the natural logic: based on the division of zones and climates, another division was provided on a natural bases by the hydrographical basin. (b) **the logic of homogeneity and human uniformity**: in 1980, Julius Budel, a german geographer, wrote: "The fundamental role of geography consists in judiciously classify the closed land spaces zones, presenting similar characters". (Budel, 1980; p. 42); (c) **the logic of polarization**: the concept of polarized region is old. It has been part of the reflection upon the city and its zone of influence. Between 1910 and 1917, Vidal de la Blache spoke several times of the polarized regions, which he called "nodais"; (d) **the territorial logic**: the word territory is banal, as well as its derivates, territorial, territorialism. Geography, until recently, has not given it a standard comparable to that of region. In its most frequent acceptance, the territory is the extension of land, which depends on na empire, a province, a city, a jurisdiction. Therefore state and territory are closely connected. The essential functions of the state are the control of the territory, the maintenance of its integrity, its eventual extension, ratification of its frontiers, among others. Some authority is exerted upon the territory, a competence, its extension defines the application area of its power.

KEY WORDS: region, territory, spacial analyzes, regional analyzes.

¹ Departamento de Geografia da UEM – Maringá => passos@stetnet.com.br

² Departamento de Geografia da UEM – Maringá => damoro@uem.br

1 – Introdução

"Herdeira de uma tradição tenaz, a geografia continua querendo ser uma, mas ainda se exerce mais freqüentemente de forma bifurcada, mesmo se os exageros de uma certa sociologização barata ou de um ecologismo bisonho, utilizando caminhos fáceis buscam, favorecidos pela moda, impor-se como modelo ainda que cientificamente ineficaz".

Santos, 2000.

Nos livros sobre a história da geografia e sobre a história das ciências é freqüente encontrar afirmações que assinalam a geografia como uma das ciências mais antigas. Diante desse fato, pode surpreender a diversidade de opiniões que existe sobre essa disciplina; diversidade que não só se constata nos âmbitos distantes da mesma, senão também, talvez de forma mais explícita, entre os próprios geógrafos. O estudo da geografia implica uma complexidade de temas e, como resposta a ela, seus distintos ramos pretendem encontrar uma ordem lógica a essa complexidade temática e metodológica, configurando uma estrutura da disciplina (organização interna e divisões da geografia) que facilita as tarefas próprias dos geógrafos e, particularmente, a confecção de programas de ensino, livros e manuais. A saber, num primeiro nível de divisão - entendida como clássica - se distingue a geografia "geral" e a geografia "regional"; num segundo nível, a "geral" compreende a geografia física e a geografia humana, enquanto que a geografia "regional" contempla a divisão em grandes conjuntos regionais (continentes e zonas climáticas, entre outros). E num terceiro ou quarto nível de divisão se contemplariam os distintos ramos da disciplina e seus diversos componentes. Também se tem organizado o estudo da geografia desde outros enfoques específicos, que refletem outras lógicas na aproximação analítica e explicativa do espaço geográfico. É o caso, por exemplo de Hagget (1988), uma ampliação da divisão clássica e convencional da geografia, que supõe uma nova divisão "integrada" e que contempla três enfoques distintos: a análise espacial, a análise ecológica e a análise regional. Não obstante, algumas reinterpretações posteriores - que se concretizam em três enfoques que agora se identificam como o territorial, o ecológico e o temático - têm modificado essa conceituação genérica.

Sem entrar na análise exaustiva dos contextos históricos da geografia, cabe fazer menção ao período mais recente, porquanto explica, em boa medida, a situação atual da disciplina. É bom lembrar, nesse sentido, que em meados do século XX, as ciências sociais se regiam por dois paradigmas - o funcionalista e o marxista -, para os quais o importante era o que as coisas são: uma ciência objetiva, isto é, a consciência não conta, o sujeito não conta. Ao final dos anos sessentas (1968), essa situação começa a mudar (muito antes da queda do muro de Berlim, em 1989). O importante, a partir de então, será a construção social da realidade, isto é, o modo como os sujeitos definem as situações. As ciências sociais (sociologia, geografia, antropologia...) se voltam para as abordagens subjetivas, da ação do sujeito. E a geografia torna-se mais interpretativa, orientação que é predominante atualmente.

A resposta à crise do positivismo lógico em geografia (geografia teórica quantitativa) concretizou-se com as denominadas "novas geografias", que não são mais que frutos do impacto do movimento contestatório mais amplo que afetou a todas as ciências sociais. Nos trabalhos enquadrados nessas "novas geografias" (geografia radical, geografia humanista, nova geografia regional...), está mais ou menos explícito uma certa rejeição ao reducionismo e formalismo neopositivistas, e denúncia da falência positivista de considerar os comportamentos espaciais como expressão concreta de necessidades reais de determinados grupos humanos. A nova dinâmica social na sociedade pós-industrial, que se

associa ao pós-modernismo, afeta também os novos comportamentos sociais. Assim mesmo, os postulados pós-modernistas influem nos planejamentos de apreensão e estudo geográfico de todos os fenômenos (geografia posmodernista). A situação atual, caracterizada pelo ecletismo dos postulados científicos e o pluralismo dos paradigmas, não está isenta de críticas, baseadas na ambigüidade do "que fazer" dos geógrafos, na excessiva fragmentação e especialização, e na falta de respostas válidas para a explicação e compreensão do mundo. Nesse sentido, denuncia-se que a geografia seja concebida somente como uma ciência social e se a reivindica, que seja considerada também como uma ciência "física" (Lecoeur, 1995); acusa-se a redução do objetivo da geografia aos modismos da linguagem (mídia, corometria) (Lacoste et Lacoste, 1995) ou se denunciam as insuficiências dos postulados posmodernistas e o abuso da geografia das metáforas (Santos e Silveira, 1998).

A evolução da geografia, na qual se distingue uma longa etapa pré-científica e outra contemporânea ou científica, que surge a partir do século XIX, caracteriza-se pelas *rupturas e descontinuidades* em relação aos *objetos e conteúdos* estudados pelos geógrafos e aos *modos de abordá-los*. Não é de estranhar, portanto, que em determinados momentos se fale de *nova geografia*, e por isso podemos afirmar que a geografia tem sido "nova" em muitas ocasiões - as diversas "fundações" da geografia -, e que, em boa medida, tem mantido uma clara inter-relação com os contextos socioeconômicos, políticos, culturais e científicos de cada período histórico. Na atualidade, os geógrafos trabalham com abordagens diferentes e contrapostas. Não obstante, das tradições e rupturas tem resultado, como balanço, uma continuidade mais rica em enfoques e métodos de estudo, de técnicas de investigação e de formas de compreensão de um mundo que muda, às vezes, mais rapidamente que as comunidades científicas que o estudam.

Os elementos de continuidade que se detectam na evolução da geografia conformam o que se conceitualiza como os *problemas chaves*, que são investigados pelos geógrafos. Desde a institucionalização da geografia no século XIX (Capel, 1981), a comunidade científica dos geógrafos tem desenvolvido seu trabalho fundamentalmente em torno de dois problemas chaves: 1) o estudo da diferenciação do espaço na superfície terrestre, e 2) o estudo da relação homem-meio. O primeiro dos temas chaves indicado, o da diferenciação do espaço na superfície terrestre, afina-se com uma linha tradicional da geografia, a *corografia*. O segundo problema chave, a relação homem-meio, é novo em nossa disciplina, e aparece na segunda metade do século XIX. Este problema supõe, na realidade, uma nova direção para a geografia. Em correspondência com o dito, das múltiplas definições desta disciplina que hoje se utilizam, pode-se incorporar a que estabelece que a geografia estuda, sobretudo, a estrutura e dinâmica dos fatos que ocorrem na superfície terrestre. É na superfície onde coincidem os fatos físicos, sociais, econômicos, culturais e políticos, o âmbito no qual se situam os estudos geográficos, total ou parcialmente (Carreras e Verdaguer, C., 1998).

A reflexão dos geógrafos sobre seu "que fazer", os têm levado a estabelecer uma série de *princípios geográficos* que criam um conjunto de *conceitos básicos em geografia*, e que aparecem como distintivos do conhecimento geográfico em sua forma de orientar a apreensão do objeto de estudo. Esses *princípios geográficos* são: a localização, a extensão, a causalidade, a complexidade, o dinamismo, a conexão e a globalidade territorial. Quanto aos *conceitos básicos* que a geografia tem elaborado, ou cujo uso tem adaptado para a articulação da própria disciplina (conceitos que nem sempre têm o mesmo significado para todos os autores), destacam-se três que aparecem muito relacionados desde o primeiro momento: o espaço, o território e o lugar (Hagget, 198 e Holt, 1992). No complexo marco conceitual da geografia, interessa centrarmos-nos na definição do conceito de "território", que é muito utilizado e que para muitos resulta sinônimo de espaço geográfico. O *território*, que deriva etimologicamente de "terra", tem, todavia, um sentido completamente histórico

e humano, que pretende definir a noção de espaço físico, de superfície terrestre, neste caso, que contém os câmbios históricos, naturais e provocados, assim como a sociedade humana e sua inércia e dinâmica histórica; o *território* é, pois, um espaço social e histórico. Vinculados com essa noção ampla de *território*, aparecem diversos conceitos diferentes, destacando o de *paisagem* e o de *região*. A noção de "região" é uma das mais imprecisas, sobretudo se atendermos ao uso que se faz desse termo em distintos âmbitos. Sua imprecisão se constata, por exemplo, na linguagem comum na qual é freqüente o uso indiscriminado desse termo para aludir a realidades diferentes; por exemplo, a uma região climática, a uma região administrativa, a uma região cultural, a uma região subdesenvolvida ou a parte de um estado, entre outras acepções.

A relação de conceitos em geografia é mais ampla que a citada, e desde a perspectiva da função formativa da disciplina, as listas de conceitos e noções geográficas podem ser extensas. Assim, entre os *processos* gerais destacam-se: localização, distribuição, diferenciação, difusão ou mutação, entre outros. Quanto aos *conceitos* gerais, os mais habituais são estrutura, sistema, forma, função, dinâmica, atividades, contato ou limite, por exemplo. E, por último, as *propriedades* associadas aos processos e aos conceitos gerais são diversas e muito numerosas; a título de exemplo, podemos citar os seguintes: densidade, hierarquia, descontinuidade, situação, paisagem, fronteira, bacia-hidrográfica, Estado, desenvolvimento, crise, conflito ou injustiça, entre outros.

Os diversos conteúdos e métodos, assim como os distintos conceitos básicos de referência, terão um significado ou outro e serão objeto de uma maior ou menor ênfase segundo a faceta da geografia na qual estamos trabalhando: a geografia como matéria educativa (ou informal), a geografia como conhecimento aplicado e, finalmente, a investigação geográfica como faceta específica. Em relação a essas três funções da geografia, pode-se constatar que a tradição regional ou corológica (em suas diversas manifestações) tem desempenhado e desempenhará um grande papel no ensino - função formativa da geografia -, assim como no planejamento.

2 - Os estudos regionais à pequena escala

A geografia moderna viu nascer a *geografia geral* e a *geografia regional*, e a geografia contemporânea tem visto como a geografia regional desenvolve diversas perspectivas da análise geográfica e *diversos conceitos de região*. Em relação aos câmbios conceituais, que desde suas origens têm caracterizado a geografia, e com a atual coexistência de diversas acepções, a geografia regional apresenta também uma diversidade de abordagens principalmente em sua fase contemporânea. De uma forma sintética caberia sublinhar que o positivismo foi essencialmente fisiográfico, identificando em ocasiões a individualidade do espaço com bacias hidrográficas, através das quais se analisavam os diferentes modos de vida. O historicismo se baseou nas regiões naturais, através das quais tratava de analisar as ações humanas e, por conseguinte, a maior ou menor transformação do meio natural. O neopositivismo ou positivismo lógico definiu a região por critérios funcionais, desembocando também na concepção regional através do emprego da teoria geral dos sistemas (região sistêmica). Por último, no pluralismo paradigmático atual, coexistem os diversos conceitos de região, herdados do passado e outras acepções incorporadas a partir das "novas geografias". Em relação a estas últimas, cabe insistir em duas de suas manifestações. Em primeiro lugar, a conceituação da região como um ente mental ou um conceito intelectual frente à consideração de ente real dos primeiros anos cinqüentas ou sessentas. Esse delineamento aparece vinculado à implantação da geografia da percepção e do comportamento que surgiu nos anos sessentas e cujos postulados se mantêm hoje vigentes.

Dos três enfoques básicos em geografia (o territorial, o ecológico e o temático), aos quais nos referimos anteriormente, e que une tradição e contemporaneidade, o enfoque territorial inclui diversas possibilidades: regional, espacial e ordenação do território. O *enfoque regional* estuda os aspectos do território a partir de uma escala concreta (mundial, zonal, continental, estatal, regional ou local) e em duas direções:

- considerar como objeto de estudo a *região* (uma ou várias regiões, uma área determinada, um âmbito político ou administrativo);

- considerar como objeto de estudo a *regionalização* do território (a diferenciação de áreas, a espacialização das atividades humanas, a extensão territorial de um fenômeno).

Quanto ao método, este se adapta à escala de análise e ao objeto de estudo, portanto, a distintas escalas se desenvolvem processos e fenômenos distintos e, em consequência, cada escala eleita permite detectar, descrever e explicar fatos distintos.

Apesar da crítica ao excepcionalismo da geografia fundamentado nos estudos regionais singulares, não exclui a geografia regional, senão que a contempla como necessária, já que supõe o laboratório donde comprovar ou verificar as leis, ou de onde partem as observações.

Em termos operativos, habitualmente os critérios de delimitação regional do mundo são: (a) a importância do meio natural; (b) a herança histórica e cultural... (c) o nível de desenvolvimento econômico como critério de regionalização; (d) os sistemas político-econômico e (e) as zonas de transição, com países e povos situados na interseção de unidades regionais.

As diversas perspectivas e critérios de regionalização tem dado como resultado distintas geografias regionais do mundo e distintos enfoques de análise e interpretação territorial de cada um dos conjuntos ou unidades regionais.

3 Regiões e territórios

"Le choix des divisions qu'il convient d'adopter dans l'étude des différentes régions du globe dépend de la conception même qu'on a de la géographie".

Gallois (1908; p. 153)

A organização da superfície da Terra pelas sociedades humanas, seu povoamento, seu *aménagement*, sua utilização, sua gestão têm por efeito o diferenciar, o dividir em unidades territoriais. O termo *região*, empregado mais que outros desde longo tempo, está anexado a essa divisão. Todos os compartimentos da ação humana repousam sobre e produzem as "regiões". A vida econômica determina as áreas de mercado, as zonas de produção, as bacias de mão-de-obra, as construções econômicas regionais.

A vida das sociedades comporta permanentemente o estabelecimento e/ou o reconhecimento de fronteiras, de limites, circunscrevendo os conjuntos territoriais a todas as escalas: fronteiras seculares ou conjunturais (algumas atravessam/atravessavam as cidades: Berlim, Beirute, entre outras), fronteiras de direito ou fronteiras de fato, limites entre classes, entre castas, entre etnias, entre religiões.

Esses "*mises en régions*" inscrevem-se sobre uma interface terrestre que contém ela mesmo suas próprias regiões e limites: divisões fundamentais dos continentes e dos oceanos, das terras e dos mares, meios naturais nos contornos pouco precisos, elementos do meio natural (rios, linhas de crista, margens), sobre os quais os homens tomam apoio ou não para assegurar suas divisões.

Toda regionalização traduz inevitavelmente uma interação dialética entre aquilo que provém da existência de meios naturais diferenciados, humanizados e as forças organizadoras dos espaços.

A região ocupa um lugar especial na geografia e particularmente na geografia francesa.

Esse lugar deve ser apreciado historicamente. A geografia considerou que a descrição do mundo passava por uma divisão em unidades regionais. Durante séculos, a geografia especializada nesse ramo foi designada sob o nome de *corografia*, "descrição de uma região como de um reino ou de um país", por oposição à *topografia*, "descrição de um lugar particular...".

"A noção de região geográfica não é definida por um caráter único, agrícola, industrial, demográfico etc., mas por um conjunto de dados criando, por suas combinações, a fisionomia particular de uma região (...) Os critérios de regiões naturais e de regiões administrativas foram substituídos pelo de regiões geográficas, que se esforçam em fazer a síntese entre a geografia natural, no sentido estreito da palavra, e a geografia humana." (Closon, 1947; p.12).

A vontade de ruptura com a geografia clássica "vidaliana" e o desejo de inovação conduziram os geógrafos à busca de substitutos para afirmar a realidade das mudanças. Esses substitutos correspondem à transferência de interesse dos lugares aos homens, da face da Terra aos habitantes desta superfície.

3.1 As lógicas das regiões

É necessário observar o conjunto das "regiões" para entendermos o significado das regionalizações. Elas são, por vezes, produto, construção, resultado: nós constatamos a existência de regiões. Elas são um meio de funcionamento, de gestão. Elas são um meio de ação, de intervenção, de dominação, de controle. Elas são um meio de conhecimento, de análise e de diagnóstico. Elas são uma identificação, uma representação, uma aparência: "O homem é um animal territorial e (...) a territorialidade afeta o comportamento humano em todas as escalas da atividade social" (Soja, 1971; p.19).

Região é um termo genérico que reagrupa organizações territoriais diversas. Uma primeira distinção pode ser introduzida entre uma regionalização dada e uma regionalização desejada. A região dada é resultado dos efeitos geográficos de múltiplos agentes. A intensidade desigual da presença de fenômenos motivadores, de uma diferenciação nascida da especialização e da concentração. Assim se constituem as regiões climáticas, agrícolas, industriais, étnicas, culturais, religiosas etc. Estas são "regiões-resultados". Os homens as definem a partir da observação de seus elementos característicos.

A região desejada procede da necessidade que tem as sociedades humanas de dispor de uma estrutura territorial para afirmar sua autoridade, gerar as coletividades, intervir, planificar, organizar.

As regionalizações repousam sobre duas bases: a homogeneidade e a interconexão dos fatos observados. Essas duas bases produzem quatro lógicas diferentes.

3.1.1 A lógica natural

No início da história humana, a necessidade de regionalização existia, mas as bases científicas faltavam. Os "climas" (zonas) foram o primeiro meio de divisão científica.

Em torno das divisões em zonas e climas, uma outra divisão sobre uma base natural foi fornecida pelas bacias hidrográficas. Ela foi proposta no século XVIII por Philippe Buache. Não se tem avaliado, na sua justa medida, a realidade revolucionária dessa tentativa. Tomando as bacias hidrográficas como princípio de divisão da superfície

terrestre, a geografia escapava às variações múltiplas das fronteiras políticas e administrativas, à suas imprecisões, à complexidade de seus agentes que não tinham a simplicidade linear atual. As bacias hidrográficas forneciam um elemento estável, independente do tempo da história humana. Mais tarde, os progressos conjugados das ciências naturais e da cartografia vão superar as bacias hidrográficas como limites regionais. As cartas geológicas apareceram no fim do século XVIII e no início do século XIX. Antes, as cartas forneciam simplesmente a indicação pontual da representação dos lugares onde se encontravam os recursos geológicos explorados ou conhecidos. A passagem à representação contínua não foi possível senão a partir da estratigrafia e da cronologia. Ao mesmo tempo, aperfeiçoava-se a representação cartográfica da altitude e do relevo.

Os geólogos e os botânicos foram os primeiros a descobrir os *pays*, as *regiões naturais*, observando as correspondências entre as características naturais e as particularidades humanas aí presentes.

3.1.2 A lógica da homogeneidade e da uniformidade humana

A definição das regiões pela homogeneidade de seus traços constituiu uma atividade essencial da geografia teórica e aplicada. Em 1980, Julius Budel, geógrafo alemão, escrevia: "O papel fundamental da geografia consiste em classificar judiciosamente os espaços da terra fechados em zonas, apresentando caracteres similares." (Budel, 1980; p. 42.). Esses caracteres homogêneos podem ser:

- a predominância de uma atividade. Assim, a região agrícola é "uma porção do espaço, suportando uma maioria de explorações, praticando sensivelmente o mesmo sistema de cultura". (Louault, 1981; p. 48); o mesmo, as regiões mineiras, industriais, turísticas etc.
- a predominância de uma produção, de uma especialização: regiões do algodão, do arroz, do trigo, da floresta, do carvão, do ferro, do petróleo, entre outros;
- a predominância de um modo de povoamento: regiões rurais, regiões urbanas;
- a predominância de uma vinculação étnica, religiosa, cultural.

3.1.3 A lógica da polarização

"Existem, portanto, dois princípios de unidade regional. Um, assenta no critério de uniformidade, é a paisagem; o outro no critério de coesão, na ação coordenadora de um centro".

(Juliard, 1974; p. 76)

O conceito de *região polarizada* é antigo. Ele acompanhou a reflexão sobre a cidade e sua zona de influência. Entre 1910 e 1917, Vidal de la Blache falou muitas vezes de regiões polarizadas, que ele chamava nodais. "Atualmente é a cidade que cria a região, é sua atração que a mede". Estes termos reapareceram recentemente (Em 1961, Nystuen et Dacey falam de *nodal region*, *nodal flow*). Em 1970, Edgar M. Hoover repetiu a expressão *região nodal*, para referir-se à integração funcional entre um nó central e a zona periférica que lhe é complementar.

A expressão *região econômica* foi utilizada analogicamente durante algum tempo (1940-1970). Henri Hauser a empregava desde 1924, referindo-se precisamente a uma "região econômica, conjunto de relações e de interesses necessariamente variáveis... fenômeno dinâmico".

"A região polarizada se define como o conjunto hierarquizado de uma metrópole, de seus satélites e de seu universo rural que eles comandam. É um espaço heterogêneo cujas

diversas partes são complementares e mantêm entre eles e o todo, especialmente com o pólo dominante, mais fluxo que com os pólos de uma mesma ordem das regiões contíguas. É, em definitivo, um lugar de fluxos de bens, de serviços, de informações cuja intensidade interna é superior em cada ponto à intensidade externa. A região polarizada é integrada. Esta não é uma autarquia, é um sistema". (Hauser, 1924, p. 6).

A região polarizada apresenta-se como uma organização elementar monocêntrica, em torno de uma cidade.

3.1.4 A lógica territorial

A palavra *território* é banal, como seus derivados, territorial, territorialidade. A geografia, até uma época recente, não lhe deu entretanto um lugar comparável àquele de região.

Na sua acepção mais freqüente, o território é a extensão de terra que depende de um império, de uma província, de uma cidade, de uma jurisdição³. Estado e território estão pois estreitamente ligados. As funções essenciais do Estado são o controle do território, a manutenção de sua integridade, sua extensão eventual, a retificação de suas fronteiras, dentre outros. Sobre o território se exerce uma autoridade, uma competência; sua extensão define o campo de aplicação deste poder.

O Estado é um fator possuído de divisões territoriais, global e hierárquica, por sua organização administrativa interna (regiões judiciárias, militares, acadêmicas). No interior dos Estados intervêm conjuntamente os processos de homogeneização (do direito, das práticas, da educação, dos modelos socioculturais), e da espacialização (divisões, redes).

O território ganha outros valores, outros sentidos, com o retorno do interesse das ciências humanas ao considerar a territorialidade. Esta noção apareceu desde os anos 1920, através dos naturalistas. A territorialidade animal é analisada como o equilíbrio entre uma população e os recursos em alimento, assegurando um equilíbrio ecológico, mas igualmente como um mecanismo de seleção natural: os membros mais fortes de uma população realizam a conquista de um território e assumem sua defesa para eles mesmos e seus descendentes. Edward T. Hall transpôs para o homem as observações feitas no mundo animal. A territorialidade humana é um "fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influências ou em territórios distintos considerados ao menos parcialmente exclusivos para seus ocupantes ou aqueles que os definissem". (Soja, apud Raffestin, 1980, p. 144).

A noção de território é aplicada aos homens e às relações entre os homens:

- *sob uma forma social*. O território social é definido como a área de uma prática social, de um comportamento social, de uma sociedade específica. No interior deste território, os indivíduos, os grupos se sentem na própria casa, em segurança, em propriedade: "um território é um espaço socialmente selecionado para a vida e a sobrevivência de um sistema". (Chesnaïs, 1982, p. 278)

- *sob uma forma individual* com o território do habitante: "o território da vida quotidiana começa no interior da casa, os objetos da decoração, as coisas, as pessoas, os outros". (Rocheft, 1982, p. 258-9).

Para muitos autores dos séculos XVIII e XIX, a região apareceu assim, como uma área administrativa qualificada por inventários de nomes de cidades, rios, montanhas,

³ O termo *território* designa igualmente uma extensão que não se constitui num Estado soberano ou que não possui ainda um estatuto legal: territórios coloniais, de outro-mar, sob mandato. Rondônia foi um território até que se tornou-Estado.

produções originais, números de população, curiosidades Essa geografia das regiões administrativas e das estatísticas continuou muito vivaz até os nossos dias.

Muitas são as lições de geografia regional que ainda se ordenam pela sucessão de uma apresentação “física” e de uma exposição “humana” eventualmente coroadas por uma tipologia “regional”.

Mais recentemente, e após uma atenção particular consagrada à dimensão histórica dos fenômenos, a primazia das forças econômicas impôs-se como uma nova emergência. De inspiração marxista, essa concepção alastrou-se muito rapidamente, a ponto de dominar explícita ou implicitamente os estudos regionais dos últimos dez anos. As relações de produção, a rede de trocas, o valor do espaço-mercadoria modelam a região num novo determinismo das coisas. O objeto de estudo torna-se tanto mais sedutor quanto é quantificável e autoriza todos os rigores da análise, das simples estatísticas aos mais refinados métodos matemáticos, da teoria à aplicação e à prática, e reciprocamente.

Demasiado objetiva e demasiado redutora, a região da economia, tal como a região administrativa ou a região natural, não permite delimitar corretamente o espaço dos homens.

“O homem não é um objeto neutro no interior da região. Apreende desigualmente o espaço que o rodeia, emite juízos sobre os lugares, é retido ou atraído, consciente ou inconscientemente, engana-se ou enganam-no... Do homem à região e da região ao homem, as transparências da racionalidade são perturbadas pela inércia dos hábitos, as pulsões da afetividade, os condicionamentos da cultura, os fantasmas do inconsciente. O “espaço vivido”, em toda a sua espessura e complexidade, aparece assim como o revelador das realidades regionais; estas têm certamente componentes administrativos, históricos, ecológicos, econômicos, mas também e mais profundamente, psicológicos. A região, se existe, é um espaço vivido” (Fremont, 1980, pp. 16-17)).

Para analisar a estrutura que forma a combinação regional, podemos enumerar os seus componentes: elementos do meio físico (relevo, clima, vegetação, águas, solos...), atividades econômicas (agricultura, pesca, indústria, terciário), composição demográfica da população, grupos sociais, organização política, dimensões culturais etc.

4 As relações são mais importantes que os elementos

“A noção geográfica de região evoca um território que serve de apoio às combinações escolhidas ou realizadas pelo homem... A organização regional, a vida regional que exprime, aparecem como uma das manifestações essenciais da vida na superfície do globo”.

(Cholley, 1951; p. 47)

Mas se o estudo dos componentes continua a ser indispensável, permanece muito insuficiente e muito menos esclarecedor que o das relações. São com efeito as relações que fazem a coerência de uma estrutura, ao mesmo tempo que tornam possíveis as comparações e generalizações. Será preferível o termo de inter-relações, que traduz melhor a reciprocidade das influências.

As inter-relações podem agrupar-se em volta de três ou quatro eixos principais:

- as *inter-relações ecológicas* regulam as relações entre os homens e os meios em que vivem. Traduzem as adaptações dos grupos às possibilidades oferecidas pelo meio ambiente e às dificuldades que daí resultam;
- as *inter-relações socioeconômicas* estabelecem-se conforme às relações de produção que distinguem os grupos e as classes. A divisão do trabalho opera uma seleção progressiva das atividades que se deve traduzir parcialmente por uma regulação dos fatores de produção e pela redistribuição dos bens de consumo;

- as *inter-relações socioculturais* dão aos homens uma imagem de si próprios e do mundo. Formalizam-se através dos jogos de signos: línguas, informações escritas, expressões visualizadas, paisagens. Desempenham um papel extremamente importante como “culturas” ou “civilizações” com traduções locais ou regionais a decifrar;

- as *inter-relações sociodemográficas*, que regulam o número e a repartição numérica dos homens no interior de um grupo ou entre grupos.

O conjunto dessas inter-relações, soldado, constitui a combinação regional que se define por:

- *uma dinâmica* – a combinação regional não constitui uma estrutura petrificada. Transforma-se, modifica-se, evolui e, com ela, a região;

- *uma imagem* – em última instância, o espaço regional é também uma imagem. Entre os homens e o espaço em que vivem, uma das relações mais fundamentais é a da percepção, do comportamento psicológico em relação a um espaço vivido.

5 As regiões sobre a lógica da globalização

5.1 Qual o sentido do local?

A mundialização das economias e das sociedades coloca o espaço local num contexto novo. Todavia, a noção de região é freqüentemente confusa e tem significados diferentes segundo as disciplinas e os utilizadores. A “região” do geógrafo tem um sentido bem particular que é preciso deixar claro. J. Beaujeu-Garnier, nos anos 1970, já evocava o “mito da região” e a ambigüidade do termo que designa realidades diferentes: se fala de “região agrícola”, de “região econômica” ou de “região polar”. Esta utilização incoerente da palavra não pode ser aceita. De outra parte, a região tem dimensões relativas, pois elas são subordinadas à dimensão do país. Uma região é uma fração do Estado, mas seus limites são difíceis para se definir. É preciso, pois reservar o nome “região” aos espaços construídos pelo homem, formando um todo homogêneo, isto é uma “bacia de vida”, lugar de trabalho, de residência ou de lazer. Um forte sentimento de identidade deve unir os habitantes de uma região, freqüentemente sedimentados pelos séculos de história. Assim, todos os territórios não são “regiões”, e é preferível empregar outros termos (zona, espaço, domínio) desde que as condições precedentes não sejam atendidas, como, de forma semelhante, propunha Cholley em 1951.

5.2 Do micro-espaço ao “sistema-mundo”

As mutações tecnológicas e econômicas transformaram as relações entre os homens. A abertura progressiva das fronteiras, o desenvolvimento dos transportes e os fluxos conduziram as sociedades humanas a funcionar em redes de produção e de informação. Esta extraordinária revolução coloca os espaços locais num ambiente mundial mutante e móvel, em perpétua evolução. Face a um universo onde a concorrência torna-se feroz, cada “micro-espaço” deve doravante enfrentar a globalização e se adaptar permanentemente. Algumas regiões (ou subconjuntos da região) vão se desenvolver, criar empregos, outros vão entrar em estagnação e crise.

5.3 A região em teste

A mundialização revela ou acentua as realidades já presentes, isto é, coloca à luz os pontos fracos ou fortes dos micro-espaços, das regiões ou dos Estados. Cada sociedade tem estruturas próprias, uma composição social, um sistema de valor, um passado e tradições

que lhes conferem sua originalidade e sua especificidade. As estruturas velhas ou ultrapassadas que caracterizam certas regiões não são o efeito da globalização. Entretanto, devemos nos perguntar se o desenvolvimento regional não pode ser contrariado por decisões vindas de longe, em proveito do "global": uma grande firma se desloca – ou se recoloca – em função de uma estratégia de vantagens comparativas de um espaço dado: custo de produção, produtividade, salários, infraestrutura, posição geográfica, acesso aos mercados etc. A liberalização das mudanças e a mundialização não determinam automaticamente a prosperidade de todas as regiões; aquelas que são ricas aparecem favorecidas na competição internacional e o fosso que separa os espaços desenvolvidos e as zonas marginalizadas aumenta a cada dia.

Referências Bibliográficas:

- BEAUJEU-GARNIER, J. 1971. *La Géographie; méthodes et perspectives*, Paris, Masson.
- BUDEL, J. 1980. *La Géographie et ses frontières*. Berne.
- CAPEL, H. 1981. *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea*. Barcelona: Barcanova, T. U. 3ª ed..
- CARRERAS e VERDAGUER, C. 1998. *Manual de Geografia Humana*. Barcelona: Edicions de la Universitat de Barcelona.
- CHESNAIS, M. 1982. *Réseaux et niveaux de territorialité*. Paris: Géopoint, 321p.
- CHORLEY-HAGGET. 1974. *Modelos integrados em Geografia*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, EDUSP., P. 67-100.
- CHOLLEY, A.. 1951. *Guide de l'étudiant*. Paris: P.U.F..
- CLAVAL, P. et JUILLARD, E. 1967. *Région et régionalisation dans la géographie française et dans l'autres sciences sociales, bibliographie analytique*. Paris: Dalloz, 599p.
- CLAVAL, P. 1987. *A Nova Geografia*. Coimbra: Almedina.
- CLOZIER, R. 1988. *História da Geografia*. Lisboa: Publicações Europa-América (Coleção Saber), 3ª ed.
- CLOSON, F.L. 1947. *Avant-propos de Régions géographiques de la France*. Paris: l'INSEE,.
- FRÉMONT, A. 1980. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Almedina.
- GALLOIS, L. 1908. *Régions naturelles et noms de pays*. Paris: Armand Colin, 356 p.
- HAGGET, P. 1988. *Geografia. Una síntesis moderna*. Barcelona: Ediciones Omega.
- HAUSER, H. 1924. *La question du régionalisme*. Paris, Alcan.
- HOLT J. A. 1992. *Geografia: historia y conceptos*. Barcelona: Vicens Vives.
- JUILLARD, E. 1974. *La "région"*. Contributions à une géographie générale des espaces régionaux. Paris: Ophrys, 230 p.
- KAYSER, B. 1984. La région revue et corrigée. *Hérodote*, 33-34; p. 222-229.
- _____. 1966. Les divisions de l'espace géographique dans les pays sous-développés. *A.G.*; p. 686-697.
- LA BLACHE, P. V. 1903. *Tableau de la Géographie de la France*. Histoire de la France de Lavisse. Tome I, 1ere. Partie, Paris, Hachette, 395 p. R. Dion, Essai sur la formation du paysage rural français. Neuilly-sur-Seine, G. Durier, 181 p. (réédition).
- _____. 1922. *Principes de géographie humaine*. Paris: A. Colin, 327p.

- LACOSTE, C. et LACOSTE Y. (dirs.) 1995. **Maghreb**: peuples et civilisations. Paris: La Découverte.
- LE LANNOU, M. 1949. **La Géographie Humaine**. Paris: Flammarion.
- LECOEUR, CH. 1995. La géographie n'est pas seulement une science sociale. **Herodote**, n° 76, pp. 39-50.
- LOUAULT, F. 1981. **Économie rurale**, n° 142, 2.Lyon: Éditions l'Hermès
- PALOMEQUE, F. LÓPEZ (Coord.). 2000. **Geografia de Europa**. Barcelona: Editorial Ariel, S.A.; 619 p.
- PATTISON, W. D. 1976. As quatro tradições da geografia. Rio de Janeiro : **Boletim Carioca de Geografia** (Metodologia em Geografia 1), ano XXVII : 131-142.
- PAULET, J-PIERRE 1998. **Les régions à l'heure de la mondialisation**. Paris : Armand Colin.
- PINCHEMEL, P. et G. P. 1992. **La face de la Terre**. Paris: Armand Colin Éditeur, 519p.
- PLAZA GUTIÉRREZ, J.I. 1993. El "factor regional" en el proceso de configuración territorial de la Europa contemporánea. Murcia: **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, n° 17; pp. 127-139.
- RAFFESTIN, C. 1980. **Pour une géographie du pouvoir**. Paris: P.U.F, 250p.
- ROCHFORT, R. 1982. Paris: Géopoint.
- SANTOS, M. et SILVEIRA, M.L. 1998. Más Allá de las metáforas: una geografía de la globalización. **Estudios Geográficos**, n° 230, pp. 99-112.
- SANTOS, M. 2000. Brasil 500 d.c. Folha de São Paulo. 16/07/2000.
- SOJA, E. 1971. The political organization of space. **Ann. Assoc. Amer. Geogr.**, LX, p. 1-54.